

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 07, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Dispõe sobre os procedimentos contábeis para o registro das obrigações financeiras decorrentes da contratação de operação de crédito, e dá outras providências.

**O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), e

**considerando** o disposto no inciso XXVII do art. 2º da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), que inclui, dentre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, a normatização e padronização, e ou revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

**considerando** o disposto nos itens 18 a 25 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T - 16.5, que dispõe sobre Registro Contábil, e nos itens 17 e 18 da NBC T 16.6, que dispõe sobre as Demonstrações Contábeis, aprovadas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - 1.132/08 e 1.133/08, respectivamente;

**considerando** os Procedimentos Contábeis Específicos estabelecidos na Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, aprovado pela Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN -, em especial os contidos no Tópico 03.03.03 - Operações de Crédito Contratuais;

**considerando** que o art. 7º da Portaria supracitada dispõe que a Parte III do MCASP deve ser adotada pelos entes da Federação em 2013; e

**considerando** o disposto no art. 1º do [Decreto Estadual nº 48.344, de 6 de setembro de 2011](#), que determina aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta da Administração Pública do Estado a adoção dos critérios e procedimentos contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo CFC, e no MCASP, editado pela STN;

**EXPEDE** a seguinte Instrução Normativa:

### **Capítulo I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** -Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos contábeis a serem adotados no âmbito do Setor Governamental do Estado, a partir do exercício de 2014, relativos ao registro das obrigações financeiras decorrentes da contratação de operação de crédito, bem como da assunção, reconhecimento ou confissão de dívida.

**Parágrafo único** -Compreende-se na definição de operação de crédito para os fins desta Instrução o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

**Art. 2º** -As lançamentos contábeis referentes à execução orçamentária e financeira, e ao controle da disponibilidade de recursos das operações tratadas nesta Instrução Normativa serão realizados de modo automático no Sistema Finanças Públicas do Estado - Sistema FPE -, a partir de critérios informados pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, em consonância com as regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 3º** -Os encargos decorrentes das operações de que trata o art. 1º serão contabilmente reconhecidos no mês da ocorrência do seu fato gerador, independentemente do momento da execução orçamentária.

**§ 1º** -A inscrição de obrigação no Passivo Circulante, decorrente da aplicação do disposto no caput, será efetuada em conta com atributo Financeiro ou Permanente, em conformidade com a classificação estabelecida no art. 105 da [Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

**§ 2º** -O pagamento de obrigação cuja correspondente execução orçamentária esteja pendente será objeto de registro em conta representativa de responsável, distinta da referida no parágrafo anterior.

### **Capítulo II**

## **DA ABERTURA DE CRÉDITO OU MÚTUO FINANCEIRO**

### **Seção I**

#### **DA CONTRATAÇÃO**

**Art. 4º** -partir do exercício financeiro da contratação da operação de crédito e em cada período subsequente, a unidade de contabilidade deverá providenciar diretamente o registro contábil do montante previsto a ser liberado no respectivo exercício, mediante lançamento:

**I** -a débito de Controles Devedores, subgrupo Atos Potenciais Passivos, título Obrigações Contratuais, item Contratos de Empréstimos e Financiamentos; e

**II** -a crédito de Controles Credores, subgrupo Execução dos Atos Potenciais Passivos, título Execução de Obrigações Contratuais, item Contratos de Empréstimos e Financiamentos a Executar.

### **Seção II**

#### **DO RECEBIMENTO E RECONHECIMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL**

**Art. 5º** -A parcela do contrato de operação de crédito arrecadada será reconhecida de modo automático no Sistema FPE como Passivo Não-Circulante, por ocasião do registro da respectiva transação de receita orçamentária.

**Parágrafo único** -O montante registrado conforme referido no caput também deverá ser inscrito pela unidade de contabilidade na classe de Controles Credores, subgrupo Execução dos Atos Potenciais Passivos, título Execução de Obrigações Contratuais, mediante lançamento:

**I** -a débito de Contratos de Empréstimos e Financiamentos a Executar; e

**II** -a crédito de Contratos de Empréstimos e Financiamentos Executados.

**Art. 6º** -Por ocasião do primeiro recebimento e ao final de cada exercício financeiro subsequente, a unidade de contabilidade deverá transferir diretamente ao Passivo Circulante, subgrupo Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, em conta com atributo Permanente, o montante efetivo ou estimado da dívida exigível até a data de encerramento do exercício seguinte.

**Parágrafo único** -A unidade de finanças das autarquias e das fundações e o Tesouro do Estado informarão à respectiva unidade de contabilidade o montante da dívida referido no caput, no mês do primeiro recebimento e no mês de dezembro de cada exercício financeiro subsequente.

### **Seção III**

#### **DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL**

**Art. 7º** -O registro da atualização monetária e/ou cambial do saldo devedor da dívida será efetuado diretamente pela unidade de contabilidade, no mês da ocorrência do seu fato gerador, mediante lançamento:

**I** -se positiva:

**a)**a débito de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, subgrupo Variações Monetárias e Cambiais; e

**b)**a crédito de Passivo Não Circulante, subgrupo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo.

**II** -se negativa:

**a)**a débito de Passivo Não Circulante, subgrupo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo; e

**b)**a crédito de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, subgrupo Variações Monetárias e Cambiais.

### **Seção IV**

#### **DO RECONHECIMENTO DOS ENCARGOS**

**Art. 8º** -Os juros, comissões, multas e demais encargos incidentes sobre o saldo devedor serão reconhecidos como Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, de modo automático no Sistema FPE, por ocasião da liquidação da respectiva despesa orçamentária.

**§ 1º** -A unidade de contabilidade deverá reconhecer diretamente os encargos, no mês da ocorrência do seu fato gerador, quando, no referido período:

**I** -a despesa não houver sido objeto de empenho, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Permanente do Passivo Circulante, título Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo; ou

**II** -a despesa previamente empenhada não houver sido liquidada, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Financeiro do Passivo Circulante, título Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo.

**§ 2º** -A obrigação inscrita conforme indicado no inciso I do parágrafo anterior deverá ser transferida para a conta similar com atributo Financeiro, no mês em que for efetuado o seu empenho, sem que tenha havido a correspondente liquidação da despesa.

**§ 3º** -A obrigação reconhecida diretamente pela unidade de contabilidade deverá ser revertida, a crédito de Variação Patrimonial Diminutiva, à medida que for efetuada a liquidação da respectiva despesa orçamentária.

## **Seção V**

### **DA AMORTIZAÇÃO**

**Art. 9º** -o momento do empenho, a parcela a ser amortizada do saldo devedor da dívida será contabilizada de modo automático no Sistema FPE, transferindo-se o seu montante, no Passivo Circulante, da conta com atributo Permanente para a conta com atributo Financeiro.

## **Capítulo III**

### **DA AQUISIÇÃO FINANCIADA DE BEM**

**Art. 10** -aquisição de bem com prazo de pagamento superior a doze meses será registrada como operação de crédito, mediante lançamento:

**I** -a débito de Ativo Não Circulante, subgrupo Imobilizado; e

**II** -a crédito de Passivo Não Circulante, subgrupo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo.

**Parágrafo único** -Os registros contábeis relativos à contratação, ao recebimento do bem, à transferência de saldo ao Passivo Circulante, à atualização monetária e/ou cambial, aos encargos e à amortização da dívida seguirão o disposto no Capítulo II, à exceção do previsto no caput do artigo 5º.

## **Capítulo IV**

### **DO ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO**

**Art. 11** -O arrendamento mercantil financeiro, caracterizado pela transferência substancial ao arrendatário de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem, será registrado como operação de crédito, mediante o seguinte lançamento:

**I** -a débito de Ativo Não Circulante, subgrupo Imobilizado; e

**II** -a crédito de Passivo Não Circulante, subgrupo Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo.

**§ 1º** -Os registros contábeis relativos à contratação, ao recebimento do bem, à transferência de saldo ao Passivo Circulante, à atualização monetária e/ou cambial, aos encargos e à amortização da dívida seguirão o disposto no Capítulo II, à exceção do previsto no caput do artigo 5º.

**§ 2º** -O reconhecimento dos encargos referentes ao valor residual do contrato, cujo pagamento implica na aquisição do bem arrendado, obedecerá ao disposto no art. 8º.

## **Capítulo V**

### **DO RECEBIMENTO ANTECIPADO DE VALORES PROVENIENTES DA VENDA A TERMO DE BENS E SERVIÇOS**

**Art. 12** -O valor recebido antecipadamente, proveniente da venda a termo de bens e serviços, será inscrito de modo automático no Passivo Circulante, subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, título Adiantamento de Clientes, por ocasião do registro da respectiva transação de receita extraorçamentária.

**§ 1º** -Os registros contábeis relativos à contratação e ao recebimento do recurso seguirão o disposto no art. 4º e no

parágrafo único do art. 5º, respectivamente.

**§ 2º** -No mês do fornecimento do bem ou da prestação do serviço, a unidade de contabilidade providenciará a conversão do passivo em Variação Patrimonial Aumentativa, grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.

**§ 3º** -Em caso de cancelamento da operação, o montante restituído ao contratante será objeto de registro contábil automático a partir da transação de pagamento de nota financeira, cabendo à unidade de contabilidade providenciar o estorno dos lançamentos referidos no § 1º.

#### **Capítulo VI**

##### **DA ASSUNÇÃO, RECONHECIMENTO E CONFISSÃO DE DÍVIDA**

**Art. 13** -A dívida que for assumida, reconhecida ou confessada pela Administração será inscrita pela unidade de contabilidade em contas de Passivo e de Variação Patrimonial Diminutiva que identifiquem a sua origem e natureza.

**Parágrafo único** -Os registros contábeis relativos à transferência de saldo ao Passivo Circulante, à atualização monetária e/ou cambial, aos encargos e à amortização da dívida seguirão o disposto nos arts. 6º, 7º, 8º e 9º, respectivamente.

#### **Capítulo VII**

##### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 14** -Até a data de encerramento do exercício de 2013, as unidades de contabilidade deverão transferir ao Passivo Circulante, em conta com atributo Permanente, o montante efetivo ou estimado das obrigações financeiras de que trata o art. 1º, exigível até 31 de dezembro de 2014.

**Art. 15** -A CAGE disponibilizará, no endereço eletrônico <http://www.sefaz.rs.gov.br/Cage/Servicos.aspx>, um guia de lançamentos contábeis para o registro das operações mencionadas nesta Instrução Normativa.

**Art. 16** -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**DOE de 06/12/2013**

**Paulo Alfredo Lucena Borges,**  
Contador e Auditor-Geral do Estado, Substituto.